



ENTREVISTA

A ANEPEC E A CONSTRUÇÃO DO CAMPO DE PÚBLICAS: AVANÇOS, PERSPECTIVAS E DESAFIOS

MARIA ISABEL ARAÚJO RODRIGUES¹

Roteiro e realização: Erika Caracho Ribeiro (UnB e ProPublica)
Edição e revisão: Marcela Emediato Mendes de Oliveira (FJP)
Bruno Dias Magalhães (FJP e UFMG)

ECR: Professora Maria Isabel, obrigado pela sua disponibilidade de contribuir, a partir de sua trajetória como presidente da Associação Nacional de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campo de Públicas (ANEPEC), para esse dossiê da Revista Campo de Públicas: Conexões e Experiências dedicado à publicação de trabalhos selecionados do V Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ENEPC). Em primeiro lugar, gostaria que você nos contasse resumidamente sobre a formação da ANEPEC e seus principais eixos de trabalho nos últimos anos.

MIR: Erika, sou eu quem agradece a oportu-

nidade de divulgação de artigos apresentados no V ENEPC, importante instância de fortalecimento do nosso Campo. Antes de falar da ANEPEC, eu queria contextualizar a associação como consequência da criação do Campo de Públicas, termo que utilizamos para nos referir a todos os cursos de administração pública, gestão pública, políticas públicas, gestão de políticas públicas, gestão social e congêneres no Brasil. É importante, também, trazer um estudo do professor Fernando Coelho, da Universidade de São Paulo (USP) e importante pesquisador para o campo de políticas públicas. Em 2006, na sua tese de doutorado, o Fernando constatou que no ano de 1995 existiam 354 cursos de administração em funcionamento no Brasil. Desses cursos, 13 possuíam habilitação em administração pública. Já em 2006, os cursos de administração pública já somavam 78, demonstrando que houve um crescimento expressivo ao longo desses 11 anos. Com tamanho crescimento, tornou-se urgente a aprovação de diretrizes curriculares próprias para esses cursos, que usavam diretrizes curriculares dos cursos de administração de empresas. Por isso, antigamente, todos os eram cursos de administração com habilitação em administração pública. Não existia um curso de administração pública propriamente reconhecido.

Diante dessa necessidade, foi realizado no dia 5 de abril de 2010, pelo Conselho Nacional de Educação, uma audiência pública para avaliar a pertinência da criação das diretrizes curriculares nacionais (DCN) para cursos de administração pública. Nesse momento, foi verificada a amplitude e a diversidade dos cursos. Até então falava-se só em administração pública, mas constatou-se que os cursos carregavam muitas outras nomenclaturas. Surgiu, então, a expressão Campo de Públicas, visando

¹ Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, Assessora do Subsecretário de Gestão e Finanças da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão/MG. Presidente da Associação Nacional de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campo de Públicas. Conselheira do Instituto Brasileiro de Educação em Gestão Pública. Coordenadora do Comitê Técnico Científico do Congresso CONSAD de Gestão Pública.

representar essa poderosa rede de cursos de administração pública, gestão pública, políticas públicas, gestão de políticas públicas, gestão social e os congêneres que se estabelecem de norte a sul do Brasil.

Em 10 de dezembro de 2010, o Conselho Nacional de Educação se manifestou favorável à aprovação das DCN para o Campo de Públicas, reconhecendo sua amplitude e importância. Ocorre que, de forma inusitada, inédita na história brasileira, o Conselho Federal de Administração interpôs um recurso administrativo contra a aprovação das DCN. Isso protelou a aprovação das diretrizes até o ano de 2014, quando a expressão Campo de Públicas foi formalizada normativamente com a publicação da resolução nº 1, de 13 de janeiro, que estabeleceu as DCN dos cursos de administração pública, extensivas aos cursos de denominações correlatas com as quais se identificam.

Com a publicação, tornou-se oficial a nomenclatura Campo de Públicas, que já era difundida entre alguns praticantes. Também tornou-se urgente a criação de uma associação representativa do Campo. Foi assim que, no ano de 2015, foi criada a Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas, sendo que em 2021 foi incorporada a palavra extensão ao seu nome.

A concepção da ANEPECP aconteceu durante o 14º fórum de professores e coordenadores dos cursos. Esse fórum foi coordenado pelo professor Carlos Vainer e aconteceu nos dias 18 e 19 de julho no Colégio Brasileiro de Altos Estudos da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ao longo dessa discussão, registrou-se a origem do Campo na comunidade acadêmica de graduação, a importância da aprovação das DCN e a gradativa inclusão dos programas de pós-graduação. Foi ainda reconhecida que a comunidade do

Campo se constitui inter e multidisciplinarmente em torno de um locus de reflexão teórica que identifica o Campo como uma grande área de produção científica, técnica e de práticas. Foi ainda consenso entre os presentes que a ANEPECP teria filiação institucional.

Nesse momento, criou-se um grupo de trabalho para elaboração dos documentos constitutivos da associação. O grupo era composto pelos professores Sérgio Fonseca, Valdemir Pires, ambos da Universidade Estadual Paulista (Unesp), e o professor Carlos Etulain, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que se debruçaram sobre a tarefa de elaborar a minuta do Estatuto da ANEPECP.

Foi também durante esse fórum de julho de 2014 no Rio de Janeiro que foi discutida a estrutura e a temática do primeiro Encontro Nacional do Campo de Públicas (ENEPCP), que aconteceu em Brasília em novembro de 2015, sob a presidência do professor Fernando Abrucio, da Fundação Getulio Vargas (FGV). Havia sido combinado que o estatuto elaborado seria aprovado durante o I ENEPCP. Entretanto, nos dias 12 e 13 de março de 2015, foi realizado o 15º fórum de professores e coordenadores, coordenado pela professora Lindijane Almeida, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), quando se antecipou a criação da ANEPECP. A antecipação foi possível porque o grupo de trabalho havia elaborado uma proposta muito consistente, que foi finalizada pelas 19 instituições do Campo presentes e, portanto, representadas naquele momento. Em seguida, ali mesmo na UFRN, foi instaurada a Assembleia Geral, que aprovou, por unanimidade, a composição da diretoria, presidida pelo professor Abrucio, do Conselho consultivo e do Conselho Fiscal, com mandato até 31 de dezembro de 2015.

Sobre para onde estamos indo e o que a

ANEPECP tem feito. Nos últimos anos, a diretoria da ANEPECP sentiu a necessidade de explorar algumas temáticas. Diante da diversidade e da extensão do Campo, a gente precisava pensar em uma estrutura que, de fato, alcançasse esse objetivo. Isso porque tanto a diretoria, como os conselhos consultivo e fiscal são compostos por profissionais do Campo que têm um emprego formal, com o qual devem compatibilizar o tempo de dedicação à associação. Então, no ano de 2021, tivemos a ideia de criação de comitês temáticos.

O primeiro comitê formalmente instituído foi o do Programa Bolsa Família (PBF), que foi coordenado pelo atual diretor de extensão da ANEPECP, o professor Breyner Oliveira, da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Esse comitê foi instituído quando da criação do Auxílio Brasil, com o fim do PBF, permitindo que a ANEPECP tivesse acesso a bancadas partidárias no Congresso Nacional. Foram publicados artigos em jornais de grande circulação e a ANEPECP fez vários contatos com movimentos relevantes na área, como a Rede Brasileira de Mulheres Cientistas, o Instituto Alziras e a Rede Brasileira de Renda Básica. O comitê acabou demonstrando a capacidade de atuação e mobilização da ANEPECP, encerrando suas atividades após cumprido o propósito.

Com isso, nós formalizamos o segundo comitê, sobre promoção de estudos integrados de sistematização das normas eleitorais. Esse grupo já existia antes de instituímos a organização por comitês, mas foi formalizado apenas em 13 de dezembro de 2021. O trabalho desenvolvido é fruto de um acordo de cooperação técnica firmado entre a ANEPECP e a Justiça Eleitoral, cujo objetivo é contribuir com estudos interdisciplinares voltados à governança eleitoral brasileira. O comitê é coordenado pela

professora Fernanda Natasha, da Universidade de Brasília (UnB), que também é atual diretora da ANEPECP. Um dos produtos desse comitê foi o projeto de formação de servidores do Superior Tribunal Eleitoral, além da publicação do portfólio para garantia de direitos políticos. Além disso, houve a formação intitulada Laboratório para Garantia de Direitos Políticos, que recebeu o Prêmio Mireya Suarez de Educação em Direitos Humanos da UnB em 2022.

Outro comitê que está atualmente em discussão para se tornar permanente é o de Desigualdade de Gênero e Respeito à Diversidade, coordenado pela professora Maria Abreu da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Esse comitê realizou diversas discussões transmitidas ao vivo, além de manifestações e publicações de artigos de jornal, em articulação com outros movimentos.

Outro comitê, sobre a lei de cotas, foi instituído em 25 de abril de 2022. O objetivo dele foi de gerar, expandir, aprofundar e disseminar conhecimentos concernentes à lei de cotas. Esse comitê, coordenado pela professora Renata Callaça, da UnB, foi responsável por algumas reuniões e mobilizações. Durante a última Assembleia da ANEPECP, apareceu também a proposta para que ele se torne um comitê permanente, o que será discutido mais adiante.

O último comitê criado é o de profissionalização, que inclusive conta com sua participação, Erika. A criação desse comitê surgiu da constante discussão do Campo com o Conselho Regional de Administração e da percepção da necessidade de regulamentação dessa profissão, ponto que abordaremos mais adiante.

ECR: Considerando os eixos acadêmico, profissional e estudantil, como a ANEPECP colaborou e vem colaborando com a construção do campo de públicas?

MIR: No que se refere à atuação acadêmica, os currículos dos cursos do Campo de Públicas foram recentemente construídos ou revistos. Isso foi necessário depois da aprovação das DCN, que já mencionamos. A ANEPECPC está em constante diálogo com o Ministério da Educação (Mec) e com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), de maneira a responder às demandas dos cursos.

Também do ponto de vista acadêmico, concomitante à questão da profissionalização, a gente vem incorporando a discussão da inovação, que tem impactado positivamente na estrutura de aprendizagem dos cursos do Campo de Públicas. Nesse contexto de construção de currículos, a gente precisa se atentar ao conceito de inovação e, talvez, até mesmo ao conceito de inovação social, que é muito bem trabalhado pela professora Carolina Andion, da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Vou aqui abrir aspas para citar a Carolina: “A inovação social passa a ser percebida como um vetor de ampliação da capacidade dos grupos e da própria sociedade de se reinventar, ou seja, de criar suas próprias regras e convenções e também novas práticas sociais, tornando-se, desse modo, mais criativos e mais autônomos politicamente”².

A inovação [social] pode sim ser considerada uma vertente específica da inovação, que é voltada para criação de soluções que beneficiam a sociedade como um todo. Por isso a inovação é uma das formas de alcançar uma gestão mais eficiente e eficaz por meio da criação de novas técnicas, metodologias e processos e, portanto, ela precisa estar presente nos currículos dos cursos de administração pública. Sendo assim, a atual diretoria da ANEPECPC tem como algumas de suas metas debater e divulgar metodologias de

ensino para o campo; apoiar, estimular e realizar estudos que contribuam para o fortalecimento do ensino nos cursos do campo de públicas na perspectiva da promoção e melhoria da educação; e apoiar e promover espaços para troca e diálogo sobre as práticas de ensino nos cursos do campo de públicas.

Falando ainda das questões relativas às práticas de ensino, ao longo dos anos a ANEPECPC consolidou o ENEPCPC, que é um encontro nacional e bianual. É um evento científico que tem se tornado referência no Brasil. O quinto encontro foi realizado no mês de setembro desse ano na Fundação João Pinheiro e eu considero que foi um sucesso..

ECR: Com certeza, vocês foram muito acolhedores.

MIR: Que bom. Ficamos muito felizes, porque envolveu muito esforço e a [Fundação] João Pinheiro trabalhou duramente para fazer um evento legal.

Bom, a ANEPECPC tem também uma preocupação com a gestão do conhecimento. Por isso ela organiza a publicação de livros, dossiês e periódicos nacionais. A gente criou na página da ANEPECPC um repositório. Enfim, tem muito a melhorar ainda, mas existe essa mobilização. E precisamos ainda ressaltar a rede de pesquisa do Campo de Públicas, coordenada pela diretora de pesquisa da ANEPECPC, Carolina Andion (Udesc), que teve seus resultados apresentados no Encontro Brasileiro de Administração Pública da Sociedade Brasileira de Administração Pública (SBAP); no VIII Colóquio de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração; na Roda de conversa temática no V ENEPCPC; além da publicação de artigo no dossiê “Campo de Públicas no Brasil: avanços e perspectivas no ensino, na pesquisa e na extensão” realizado pela Revista Cadernos Gestão Pública e Cidadania. O

² N.E.: Citação referente à obra: ANDION, Carolina. Inovação Social. In: BOULLOSA, Rosana (Org.). Dicionário para formação em gestão social. Salvador: Ciags; Ufba, 2014.

lançamento do relatório da pesquisa ocorreu no V ENEPCP.

Do ponto de vista profissional, é preciso lembrar que a ANEPEC é, ainda, uma instituição jovem, foi criada no ano de 2015. Na época de criação, nada ou pouco se falava sobre a importância do Campo para profissionalização do serviço público. Desde então, esse é um tema que vem sendo discutido por diversos pesquisadores, professores e profissionais que compõem o Campo. Nesse sentido, a iniciativa mais recente referente a atuação da ANEPEC iniciou-se formalmente no dia 4 de julho de 2022, com a instituição do comitê temático que visa gerar, expandir, aprofundar conhecimento e promover articulações inter-institucionais concernentes à regulamentação das profissões do Campo.

Precisamos destacar ainda o papel primordial de levar ao conhecimento dos 5.570 municípios brasileiros a existência de um campo novo de formação no Brasil, que é o Campo da administração pública. E fazer o esforço diário de diferenciá-lo do campo da administração de empresas. Porque a administração pública volta-se à formação do profissional que vai atuar no setor público e a de empresas é para atuação no setor privado. Por diversas vezes, editais de concurso para atuação do serviço público são divulgados com vagas para administração de empresas, ao invés de administração pública. Leva um grande esforço por parte da ANEPEC, ProPublica, egressos e cursos a tentativa de retificação desses editais. Então, por vezes, a gente tem que impugnar correndo aqui um edital. Enfim, é muito desgastante, por isso precisamos dessa articulação e acho que daqui a pouco eu vou ter oportunidade de falar mais um pouquinho sobre isso.

Do ponto de vista dos estudantes, a ANEPEC vem incentivando, e precisa incentivar ainda

mais, a discussão acerca da importância da extensão para discussão dos problemas públicos e para construção de uma identidade coletiva para o Campo de Públicas. Para que sejam de fato vocacionados, os alunos do campo precisam desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes. Conhecimento, na minha concepção, é o mais fácil, porque na concepção tradicional do ensino é o que está previsto no currículo dos cursos. Já as habilidades podem ser desenvolvidas no dia a dia dos cursos, da sala de aula à realização de pesquisa e de estágio. Agora, as atitudes podem e devem ser melhor desenvolvidas por meio de atividades de extensão. Isso eu já dizia lá em 2010, 2011, quando eu comecei a tratar a importância de desenvolvermos atitudes nos alunos do Campo.

Eu acredito que por meio das atividades de extensão os alunos conseguem aplicar de forma prática os conteúdos que acessam ao longo dos cursos. O foco no conhecimento prático e aplicado à administração pública contribui para que as práticas extensionistas sejam disseminadas e utilizadas para formar profissionais cada vez mais vocacionados para o serviço público. Alguns exemplos de sucesso em relação a isso são os programas de imersão municipal da Escola de Governo [Prof. Paulo Neves de Carvalho] - eu não posso deixar de falar da minha querida escola de governo da Fundação João Pinheiro - e, também, o programa de residência da Universidade Federal de Lavras. Ambas são práticas extensionistas que possibilitam que o aluno tenha contato com a realidade dos municípios e reflita sobre os principais desafios da gestão pública a partir da imersão nas diferentes realidades, conferindo aí uma maior capilaridade ao Campo de Públicas.

Falei da Escola de Governo, mas preciso contextualizar. A Escola de Governo da Fundação

João Pinheiro [EG/FJP] é a pioneira no programa de internato em administração e gestão municipal, o Prinagem, que leva os alunos aos municípios para enfrentar problemas reais. A Universidade Federal de Lavras fez um acordo de cooperação com a EG-FJP para também participar do Prinagem. A Universidade do Estado de Santa Catarina também fez esse acordo. Então a gente vai disseminando, não é? Acho que o que é bom, a gente pode compartilhar. Não precisa reinventar a roda. Sendo assim, cabe a ANEPECp disseminar e incentivar as parcerias para que essas práticas sejam levadas adiante.

ECR: Em relação ao futuro, que desafios você enxerga como prioritários para o Campo de Públicas? E como a ANEPECp vai colaborar para sua superação?

MIR: São vários desafios. Atualmente, o que está na pauta, o que a ANEPECp considera o mais importante, é referente a profissionalização do Campo de Públicas. Apesar desse tema da profissionalização estar em pauta na administração pública brasileira pelo menos desde a década de 1930, as mudanças pelas quais o serviço público vem passando ampliam a importância de alcançar um corpo técnico gerencial mais preparado.

Nesse sentido, é urgente a regulamentação das profissões de administrador público, gestor público, gestor de políticas públicas, gestor social.. Principalmente depois do reconhecimento dos cursos do Campo de Públicas pelo Ministério da Educação. Essa necessidade surgiu da constante discussão do Campo, como eu já mencionei, com os Conselhos Regionais de Administração, porque isso deixou claro para nós a necessidade de regulamentação. E aí tem uma notícia boa. Eu não sei se vocês viram nas redes sociais

da ANEPECp, mas durante o 28º Congresso Internacional do Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo (Clad), que aconteceu em Havana, a ministra do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, comentou acerca da necessidade da realização de um concurso público unificado diante da existência de uma burocracia pouco representativa em relação à sociedade brasileira.

Ao final de sua exposição, eu tive a oportunidade de conversar pessoalmente com a ministra sobre a importância do projeto de Lei nº 4.811/23, de autoria da deputada federal Natália Bonavides, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de administrador público, gestor público, gestor social, gestor de políticas públicas, e congêneres, a serem exercidas pelos profissionais portadores de diplomas de cursos vinculados a área de administração pública, prevista nas DCN de graduação em administração pública e nas DCN para educação profissional e tecnológica.

Essa foi uma proposta elaborada a várias mãos, depois de ouvir diversos profissionais, estudantes, professores e pesquisadores dos cursos do Campo de Públicas, com o objetivo de assegurar a profissionalização do Campo. Se aprovado, o PL vai contribuir sobremaneira para consolidação e expansão do processo de desenvolvimento do país, de crescimento econômico e da ampliação e garantia dos direitos sociais. Isso porque o Campo de Públicas é multidisciplinar em sua formação acadêmica, científica e profissional de nível superior, assim como tem uma pesquisa científica comprometida com a consolidação democrática. E sabemos que o Campo de Públicas forma profissionais vocacionados, não é? Porque ninguém entra nos cursos do

Campo para ficar rico. A gente entra ali com um propósito como vocação. Então a maioria de nós somos pessoas vocacionadas.

Assim, os mais de 500 cursos de graduação vinculados ao Campo têm o objetivo de formar esses profissionais, gerar conhecimentos, desenvolver e difundir metodologias e técnicas, propor inovações sociais e promover processos que contribuam para o fortalecimento da esfera pública, para a qualificação e melhoria da ação governamental e para a intensificação e ampliação das formas de participação da sociedade civil na condução dos assuntos públicos. Na própria exposição de motivos do PL fica claro que a regulamentação da profissão a ser exercida pelos profissionais egressos de cursos do Campo é uma medida de reconhecimento e inclusão de milhares de profissionais formados, que representam uma parcela de grande importância para inovação da administração pública no Brasil contemporâneo.

Há muito tempo falamos em modernização, profissionalização, desburocratização da gestão pública. Muito já foi feito, mas ainda temos muito a fazer. Principalmente se considerarmos a dimensão territorial e as desigualdades existentes no Brasil. Importante por isso enfrentar esse desafio, que não é fácil, uma vez que a qualidade do serviço público e da gestão pública somente podem alcançar mudanças efetivas por meio de investimentos em profissionalização. O Campo de Públicas é fundamental para essa missão.

O governo tem a faca e o queijo nas mãos. Basta regulamentar a profissão, porque quantos profissionais vocacionados a gente forma? Eles se desligam do serviço público por falta de oportunidade. A Constituição Federal fala em concurso, mas é possível que se abram concursos para as pessoas egressas do nosso

Campo. Essa batalha, que também tem sido realizada pela ProPublica, é muito importante.

ECR: Vale lembrar que o PL está aberto para comentários no site da Câmara Federal³. Estão todos convidados a participar, votar a favor ou contra as propostas de melhorias e ajudar nas articulações. Este não é só um projeto da ProPublica, da ANEPEC, é de todo mundo que se formou no Campo. Para a gente poder ter nosso conhecimento, que é tão específico, valorizado. Para que a gente possa apoiar o governo nos desafios de construção do país nos próximos anos.

Isabel, você mencionou a diversidade regional brasileira e seus desdobramentos para o Campo de Públicas. Como a ANEPEC tem lidado com essa questão?

MIR: Esse desafio se apresenta de forma combinada com o desafio da escassez de recursos humanos e financeiros. É um desafio também para a ANEPEC. Para lidar com ele, a associação busca promover encontros regionais. Um exemplo bem sucedido é o encontro da região Norte, que ocorreu no ano de 2020.

A diretoria da ANEPEC tem consciência de que é preciso repercutir esse tipo de iniciativa, por isso foi apresentado na última Assembleia o projeto de regionalização, que vamos colocar em prática ao longo do ano de 2024. Temos também a consciência de que precisamos de uma diretoria e de um conselho representativo das cinco regiões. A última diretoria da ANEPEC contou com um representante de cada uma das regiões do Brasil, mas ainda temos certa dificuldade de chegar à região Norte. Isso ocorre não por falta de engajamento

³ N.E.: O PL 4.811/2023, bem como a consulta mencionada pode ser encontrado em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2392896>, acesso em 21 de dezembro de 2023.

dos pesquisadores de lá, mas por várias outras dificuldades que decorrem da diversidade regional que mencionávamos. Então a gente tem como propósito trazer o Norte mais para perto da diretoria.

Outro exemplo de como podemos lidar com esse desafio é a necessidade de lançarmos a terceira campanha de compromisso com o Campo de Públicas junto aos candidatos que vão se lançar nas campanhas eleitorais do ano que vem. No ano de 2022, conseguimos um apoio significativo, que resultou em 95 assinaturas à Carta-Compromisso com o Campo. 75 candidatos que se comprometeram foram eleitos, com votos de 3.059.465 pessoas que certamente desejam uma gestão pública qualificada e eficiente.

Uma vez mais, o Campo de Públicas é o elemento fundamental para essa transformação [na gestão pública]. Então a gente pretende para as próximas eleições lançar uma campanha estruturada, em um arranjo que nos permita, além de verificar o alcance da campanha em si, monitorar as metas propostas pelos candidatos eleitos e a sua contribuição para a gestão pública brasileira. Nesse ponto também precisamos pensar em formas de chegar mais fortemente à região norte do país.

ECR: Isso tem a ver com a distribuição dos cursos do Campo, não é mesmo? Quando a gente vê o mapa de distribuição dos cursos, há poucos no Norte. Já no Centro-Oeste, a oferta está mais focada no Distrito Federal. Por isso ainda precisamos de iniciativas como o REUNI [Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais], que fez com que os cursos fossem mais capilarizados. Essa deve ser, na minha opinião, uma iniciativa não só da ANEPEC, mas também das outras organizações do Campo, em conjunto com o

próprio Mec, com o governo federal, para fazer com que esse desafio do Brasil seja enfrentado.

Falando das relações com outras instituições, como tem sido a relação da ANEPEC com as outras associações do Campo de Públicas. O que vocês têm feito juntos? Você poderia destacar algumas das ações que têm sido realizadas?

MIR: A ANEPEC atua fortemente junto a outras associações, tanto do Campo, como fora do Campo de Públicas. Exemplos de parcerias importantes são as estabelecidas com a Sociedade Brasileira de Administração Pública (Sbap), Rede de Gestão Social (RGS), Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Anpur), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP); ProPública, Federação Nacional de Estudantes do Campo de Públicas (Fenecap), Conselho Nacional de Secretários de Administração (Consad), dentre muitas outras instituições, de maneira que é impossível citar todos. Essas redes demonstram que ações ativas na trajetória do Campo de Públicas estão sendo desenvolvidas em todo o território nacional.

Um bom exemplo da relação da ANEPEC com outras associações foi a criação do comitê para profissionalização. Estou falando muito disso, porque esse é o assunto que é o mais importante para a gente agora, para o qual precisamos dar uma solução. Esse comitê tem representantes da Sbap, ProPública, Fenecap, o que demonstra a institucionalidade não só da ANEPEC, mas do Campo como um todo. Para termos uma noção da importância da articulação entre as associações do Campo, a nossa iniciativa levou à proposição do PL 4.811/2023, do qual já falamos aqui.

Na concepção da ANEPECP, a formação de redes é essencial para alinhar esforços, recursos e criar valor para a sociedade, o que reflete em uma boa gestão pública. Ao fortalecer a relação com outras associações do Campo de Públicas, a ANEPECP busca ampliar o conhecimento necessário para conferir maior efetividade às políticas públicas, uma vez que as instituições e gestores podem compartilhar experiências, informações e entendimento sobre essas políticas públicas, seus desafios e soluções. Assim aprendemos com os erros e acertos uns dos outros.

Vou trazer outro exemplo de parceria desenvolvida pela ANEPECP, dessa vez para além do Campo. É uma parceria que precisamos explorar melhor, com o Consad, uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, criado em novembro de 2000 e que reúne representantes de todos os estados brasileiros e do Distrito Federal. No âmbito do Consad, os secretários de estado de administração do país se encontram periodicamente por meio de fóruns, que visam a troca de experiências e a busca de soluções criativas para aperfeiçoamento da gestão pública no Brasil. São essas as secretarias que cuidam dos Concursos, Erika.

ECR: Uma parceria estratégica..

MIR: Exatamente. O Consad tem frentes de trabalho em diversas temáticas que são importantes para o Campo. Na área de gestão de pessoas, transformação digital, escolas de governo, compras públicas, ciências de dados, dentre outras. Em todas as suas frentes de trabalho, o CONSAD precisa pensar modelos de gestão pública com foco em resultados e voltados para o bom atendimento ao cidadão. Atualmente a ANEPECP e o Consad têm um acordo de cooperação vigente, que visa reforçar capacidades e compartilhar conhecimento na

realização de ações com o objetivo de aproximar o campo de pesquisa do campo profissional. A gente precisa retomar esse acordo, não é? O Consad tem uma atuação muito próxima ao Ministério da Gestão e Inovação, que também é importantíssimo nessa pauta dos concursos. Então a ANEPECP precisa estreitar essas relações para ser bem sucedida na questão da profissionalização.

Para dar outro exemplo de parceria, dessa vez uma que ultrapassa as fronteiras brasileiras, a ANEPECP tem um acordo de cooperação com o grupo de investigação em governo, administração e políticas públicas, o Gigapp, cuja sede se encontra em Madrid, na Espanha. O acordo tem por escopo promover a realização conjunta de atividades de pesquisa, treinamento, extensão acadêmica e trabalhos científicos ou técnicos em assuntos de interesse comum, visando contribuir com a profissionalização da gestão pública. Nesse sentido, no 11º congresso do Gigapp, que aconteceu em 2022, algumas pesquisadoras coordenaram um grupo de trabalho cujo objetivo foi contribuir para reflexão multidisciplinar do ensino, pesquisa e extensão na área da administração pública, com foco nos perfis dos cursos existentes, suas perspectivas interdisciplinares, experiências inovadoras, perfil e acompanhamento de egressos. A importância desse grupo de trabalho consistiu em demonstrar a evolução do Campo e a sua relevância para a modernização da administração pública.

Além disso, um importante produto fruto do acordo formalizado entre a ANEPECP e o Gigapp, que só foi possível pelo patrocínio da Fundação João Pinheiro, foi a organização do livro “Campo de Públicas: perspectivas e diálogos ibero-americanos”. Lançado pela editora da FJP no V ENEPCP, o livro buscou registrar e

expandir diálogos de pesquisadores do Campo junto à comunidade Internacional do Gigapp, no intuito de fortalecer essa comunidade e atrair continuamente novos estudos, enfoques e perspectivas. O livro foi dividido em cinco sessões: “Aprendizagens: O ensino, a pesquisa e extensão no Campo de Públicas”; “Democracias: Participação, Coprodução e Governança Democrática”; “Inovações: Laboratórios, planejamento e avaliação”; e “Efetividades: Transversalidades, interseccionalidades e desigualdades”. A obra conta ainda com um posfácio escrito pela professora Cecilia Güemes, da Universidade Autónoma de Madrid, que é pesquisadora do Gigapp.

ECR: Professora Maria Isabel, por último, gostaria de saber de você o vem por aí nos próximos anos, em termos de atuação e articulação da ANEPEPC em prol do Campo de Públicas?

MIR: Bom, acho que eu já falei bastante, mas penso que a criação e a manutenção dos comitês temáticos seja importante, assim como a articulação e o diálogo com outras associações relacionadas ao Campo. Tudo isso é essencial para o avanço. Agora, uma importante articulação para os próximos anos - eu já dei esse spoiler aqui - é a aproximação com a Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério da Gestão e Inovação, já que a profissionalização é o maior desafio que a gente tem no Campo de Públicas.

Também precisamos trabalhar no estabelecimento dos comitês regionais da ANEPEPC, tendo como medidas prioritárias a ampliação da visibilidade do Campo de Públicas, iniciativas nas eleições municipais e afiliação de novos cursos. Em apertada síntese, é isso que eu penso, Erika.

ECR: Obrigada professora Maria Isabel. Encerramos por aqui fazendo um convite para

todo mundo que ler essa entrevista participar das diversas associações do Campo de Públicas, para nos ajudar nessa construção, seja na ANEPEPC, Fenecap, ProPublica, Sdap etc.